

Reportagem Especial

SISTEMA DE COTAS

Senado muda a reserva de vagas

Ufes e Ifes vão ter de reservar 50% das vagas do vestibular para alunos da rede pública. Negros e pardos também serão beneficiados

Eliane Proscholdt
Francine Spinassé
Kelly Kalle

Mais estudantes de escolas públicas do Estado terão direito a cotas para conquistar uma das vagas nos vestibulares da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) e Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes).

Com o novo sistema de cotas, aprovado na terça-feira no Congresso Nacional, todas as instituições federais passam a ser obrigadas a reservar metade das vagas a estudantes da rede pública.

Além disso, tanto Ufes, quanto Ifes, serão obrigados a aderirem às cotas raciais, destinadas a alunos que se autodeclarem negros, pardos ou indígenas. Nesse caso, a destinação das vagas será proporcional à população de cada estado segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Dessa forma, nos vestibulares do Estado, cerca de 48% das cotas para a rede pública serão destinadas aos candidatos que se declararem pardos e 8% para negros.

Hoje, a Ufes já destina entre 40% e 45% das vagas a estudantes

de escolas públicas. Atualmente, não há cotas raciais.

Já no Ifes, há cotas sociais com reserva de 50% apenas para as vagas do ensino superior. Com a mudança, também o ensino médio deverá ter cotas.

Quando o projeto de lei for sancionado pela presidente Dilma Rousseff, as universidades terão até o segundo semestre de 2016 para implantarem integralmente o projeto. No entanto, já no próximo vestibular, a Ufes terá de reservar um pequeno percentual para negros e pardos, mas o cálculo ainda não foi definido.

A senadora Ana Rita, relatora do projeto de lei na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), destacou que a mudança vem corrigir uma desigualdade existente no País. Ela acrescentou que a lei deve ter uma regulamentação para sanar algumas dúvidas, como critérios de desempate, ou isso ficará a cargo das universidades.

Sobre o assunto, o reitor do Ifes, Denio Rebelo Arantes, explicou que já destina 50% das vagas do ensino superior a alunos da rede pública há cerca de três anos.

“Não temos cotas nos cursos técnicos, pois já pesquisamos e a maioria dos alunos já são de escolas públicas. A instituição não tem cota racial, mas vamos nos adequar à lei.”

O reitor da Ufes, Reinaldo Centoducatte, afirmou que é favorável às políticas de inclusão social, mas que ainda acredita que as universidades deveriam decidir os critérios.

ESFORÇO



MARCELO ANDRADE - 01/02/2011

“É uma boa oportunidade para nós”

Para o estudante do 2º período de Engenharia Elétrica da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes) Maxsuel Lemos da Silva, 19 anos, a aprovação das cotas no País é importante para os alunos da rede pública.

“É uma boa oportunidade para nós, é bacana pois muitas pessoas não têm oportunidade de entrar na universidade. Mas, se o governo não melhorar a educação, os alunos da rede pública podem não conseguir acompanhar o curso.”

Ele afirmou que reprovou em algumas matérias. “Me atrasei porque o grau de dificuldade é muito grande, não tinha o ritmo de estudo que me cobravam. É preciso se esforçar mesmo. Em geral, o cotista tem mais dificuldade de que o aluno da rede particular.”

ENTENDA O QUE MUDOU

INSTITUIÇÕES

Cada universidade e instituto federal no País tem autonomia para decidir a implantação do sistema de cotas.

COTAS

Na Ufes, entre 40% e 45% das vagas são reservadas para alunos de escolas públicas. É preciso comprovar renda familiar de até sete salários (R\$ 4.354). Não há cotas raciais. No Ifes, 50% das vagas do ensino superior são destinadas a estudantes de escolas públicas. Não há cotas para os cursos técnicos.

ESCOLARIDADE

Na Ufes, é preciso ter cursado, no mínimo, quatro séries do fundamental e todo ensino médio em escola pública. No Ifes, é preciso ter feito duas séries do fundamental e todo o ensino médio em escola pública.

COMO É

A partir da sanção do projeto de lei, as universidades e institutos federais deverão seguir, obrigatoriamente, as regras da nova lei.

Com o novo sistema, metade das vagas do vestibular serão destinadas a alunos de escolas públicas. Dessas, 50% serão destinadas a candidatos vindos de famílias com até 1,5 salário por pessoa (R\$ 933). Os outros 50% devem ser para alunos de escolas públicas em geral, independente da renda familiar.

Para vagas de ensino superior, tanto na Ufes quanto no Ifes, passa a ser necessário ter apenas o ensino médio completo em escola pública. Já para o ensino técnico de nível médio, ofertado pelo Ifes, é necessário todo o ensino fundamental na rede pública.

COTA RACIAL

A porcentagem para cotas raciais não é fixada. Varia para cada estado, definida pela proporção da população segundo o IBGE. Caso não haja candidatos suficientes para preencher as cotas raciais, as vagas remanescentes serão disputadas pelos outros candidatos de escolas públicas.

CRITÉRIOS

O critério racial previsto na lei é definido por meio da autodeclaração. Assim, não há necessidade de comprovação de raça por meio de documentos. Ainda não está definido se haverá uma fiscalização para evitar fraudes.

Entenda a divisão:

50% alunos de escolas públicas	50% alunos de escolas particulares	
25% para candidatos com famílias com renda por pessoa igual ou inferior a um salário mínimo e meio (R\$ 933).		
25% para os demais alunos de escolas públicas, com qualquer renda.		
dos 50% destinados à rede pública, ainda deverão ser preenchidos critérios raciais:		
8,35% para negros	48,62% para pardos	0,26% para indígenas

OS NÚMEROS

625

cotistas entraram na Ufes no início do ano

2.127

cotistas ingressariam na Ufes com a nova regra, considerando um total de 4.255 vagas

REINALDO CENTODUCATTE REITOR DA UFES

“Tempo vai dizer se foi bom”

JUSSARA MARTINS/AT

A TRIBUNA - Como o senhor avalia as mudanças?

REINALDO CENTODUCATTE - Acredito que é necessário uma política de inclusão social e já temos feito isso. O nosso critério, hoje, é exclusivamente social, associado à renda e à escola pública. A partir da sanção, teremos uma lei e vamos analisar como implantá-la.

> O senhor acredita que essa é a melhor forma?

Acho que cada universidade deveria ter autonomia para aplicar a política que achasse mais adequada para aquela região que ela está inserida. Hoje, praticamente todas as universidades têm políticas de inclusão social. Agora, estão querendo impor uma única forma para todo o País. Não sei se isso é o melhor a fazer. Só o tempo vai dizer se foi bom.

> É a favor da duração de 10 anos da lei?

As políticas de inclusão não devem ser vistas como um projeto que se esgota em si mesmo, mas algo que contribua para no futuro não mais necessitar desse tipo de ação. Nós queremos que essa dívida seja resgatada através da melhoria do ensino fundamental e médio, para oferecer uma condi-



“Cada universidade deveria ter autonomia para aplicar a política que achasse mais adequada para aquela região”

ção de igualdade na formação acadêmica.

> Como avalia a questão do critério racial?

Em Brasília já é assim. Nós já chegamos a discutir isso, mas achamos que não era a política que deveríamos adotar naquele momento. Acho complicado ser o critério por autodeclaração.

Rede pública comemora

Na rede pública, alunos e coordenadores destacam que o novo sistema de cotas aumenta as chances de conquistar um diploma de curso superior.

O coordenador pedagógico do Projeto Universidade para Todos (Pupt), José Vasconcelos, salientou que a reserva de 50% do total de vagas do vestibular destinada a estudantes da escola pública é sinônimo de igualdade.

“Sou extremamente favorável às cotas de 50%. A classe média, média alta, usa meritocracia para entrar na universidade. Meritocracia tem que existir, mas dentro da igualdade.”

Ele contou que os alunos estão felizes. “A aprovação de uma medida dessa resgata as oportunidades. Há 15 anos, 20 anos, quem entrava no curso de Medicina era só a classe média, média alta”, disse.

“A partir das cotas é perfeitamente possível formar médicos com outras concepções de vida e não mais médicos que nasceram na família com plano de saúde.”

As estudantes Yolanda Fátima de Freitas Nascimento, 18, e Thaíssa Carolina Calmon Neves, 17, que sempre estudaram na rede pública, estão otimistas em passar no vestibular para Arquitetura ou Medicina e Direito, respectivamente.



“O sistema de cotas é válido desde que seja provisório. Não adianta colocar cotas sem melhorar a educação pública”

Douglas Toledo Camilo, 18 anos, estudante

“Vejo isso como um escape do governo para evitar investir na educação. É tentar resolver o problema de forma momentânea”

Abigail Soares Frossard, 17, estudante

“Sou contra as cotas. Isso é uma desigualdade. Tem cotista que faz cursinho e tem mais chances que o aluno não cotista”

Lais Bastos, 19, estudante



YOLANDA e Thaíssa estudam na rede pública: otimismo para o vestibular

SISTEMA DE COTAS

Revolta nos cursinhos de escolas particulares

Revolta. Essa é a palavra que traduz o sentimento de alunos e coordenadores do 3º ano do ensino médio e de cursinhos da rede particular de ensino sobre o novo sistema de cotas.

A vice-diretora do 3º ano e do pré-vestibular do Darwin, Helô Mannato, por exemplo, não concorda e diz que isso é uma injustiça com quem estuda na rede privada.

“Não concordo porque o governo pressupõe que todos os alunos que estudam em escolas particulares são ricos, o que é um ledão enganoso. O que será daqueles alunos que só estudam em escola particular com muito sacrifício dos pais e que estão fora das cotas, do Prouni, do Nossa Bolsa e não podem pagar uma faculdade particular?”

E completou: “O governo, como não deu escola de qualidade, está tentando concertar um erro e penalizando quem sempre se sacrificou para pagar escola particular.”

O coordenador do 3º ano do Sa-



DORIAN RANGEL critica mudança

lesiano, Leonardo Gama, frisou que os alunos da rede particular saíram prejudicados e estão angustiados com essa decisão. “Nossos alunos estão angustiados, sem saber o que vai acontecer. Nos cursos mais concorridos, vemos que a nota dos cotistas é menos da metade que a dos alunos da rede particular.”

Ele complementou dizendo que em várias avaliações a rede parti-

cular se sai melhor do que a rede pública. “Ou seja, é só melhorar a educação para todos, que todos estarão em pé de igualdade, independente de raça ou de renda. Não é que somos contra, mas o governo precisa melhorar a qualidade do ensino de base, senão nunca poderemos acabar com as cotas.”

O diretor acadêmico do 3º ano e pré-vestibular do UP, Dorian Rangel, também criticou a mudança.

“São quatro anos de cotas e até agora a educação brasileira não apresentou nenhum tipo de melhoria. Estão penalizando alunos de escola privada que estão aqui pela ineficiência do setor público na década de 90 e na última década.”

Dorian Rangel também reclamou do critério autodeclarável dos negros, pardos e indígenas.

“Não temos dados que comprovam esse número. No País, os dados de registro civil são recentes. Nossos alunos estão ansiosos e desesperados, pois a concorrência aumenta.”

CASOS



De olho na Ufes

Patryck Freitas, 19 anos, sonha em cursar licenciatura em Matemática. Fany Serafim Nascimento, 18, pretende se formar em Psicologia.

Eles, que cursam o 3º ano na Escola Estadual Maria Ortiz, no centro de Vitória, se dedicam aos estudos com a missão de passar no vestibular da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

“Estou torcendo para a lei ser sancionada logo e valer para o próximo vestibular”, disse Fany.

Ela optou pelas cotas

A professora Jaline Moreira, 21 anos, que sempre estudou em escola pública, optou pelo sistema de cotas e garantiu uma vaga na Ufes, no curso de Física.

“Sou favorável às cotas, mas desde de que sejam provisórias, por exemplo, por 10 anos. Esse seria o tempo para o governo investir na educação pública, para que ela tenha a qualidade da rede particular.”



FALA, LEITOR!

FOTOS: JUSSARA MARTINS/AT



“Sou a favor das cotas, porém acho que o último cotista deveria alcançar pelo menos 60% da nota do último colocado não cotista”

RODRIGO MARIANTE, 18 anos, estudante



“Acho as cotas muito importantes para quem não teve oportunidade de estudar em escola particular. É a chance de crescer na vida”

ANGÉLICA HENRIQUES SOARES, 17, estudante



“É uma boa forma para tentar resolver os problemas na rede pública, mas as cotas são um tapa-buraco para melhorar a educação”

WENEDY WILLY BASTOS OLIVEIRA, 17, estudante



“Sou favorável ao sistema de cotas. Cursei o 1º ano do ensino médio em escola particular e agora estou na rede pública”

PAULA PULCHIRA BRASILEIRO, 17, estudante



“Estudei em escola pública na Alemanha até a 8ª série e mudei para o Brasil. Estou na rede particular. Sou contra as cotas”

ALEXANDRO SCHREIBER, 17, estudante